



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0407/12	DATA: 24/04/2012
INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 17h17min	DURAÇÃO: 02h07min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h07min	PÁGINAS: 50	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apresentação e Discussão do Parecer do Relator, Deputado Angelo Vanhoni.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Houve exposição em LIBRAS com tradução simultânea.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve exibição de imagens.
Há expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Havendo número regimental, declaro aberta 33ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 8.035, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011- 2020 e dá outras providências.

Convido Rafael dos Anjos, o intérprete de LIBRAS. Veja onde é mais confortável você ficar para fins da sua atividade.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 32ª reunião, realizada em 3 de abril de 2012.

Pergunto se há necessidade de leitura.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço a leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Peço a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Já foi distribuída aos senhores. *(Pausa.)*

Eu abro mão do meu pedido, porque acho que o Deputado Ivan Valente tem toda a razão. Ele está com dificuldade com a situação da ata anterior; ele quer tirar dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Então, peço ao Deputado Marinho que proceda à leitura em tempo hábil e recorde.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Procederei à leitura:

“Ata da 32ª reunião ordinária, realizada em 3 de abril de 2012.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia três de abril de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências", no Anexo II, Plenário 10 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Lelo Coimbra - Presidente; Ariosto Holanda, Dr. Ubiali, Eduardo Barbosa, Hugo Leal, Izalci, Paulo Rubem



Santiago, Professora Dorinha Seabra Rezende e Rogério Marinho - titulares; Chico Lopes, Esperidião Amin, Gilmar Machado e Jorginho Mello - Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Alex Canziani, Alice Portugal, Angelo Vanhoni..."

O Relator deixou?

*"...Antônio Roberto, Efraim Filho, Fátima Bezerra, José Linhares, Márcio Marinho, Neilton Mulim, Nelson Marchezan Junior, Newton Lima, Nice Lobão, Professor Setimo, Raul Henry, Renan Filho, Teresa Surita e Waldir Maranhão. Justificou a ausência a Deputada Teresa Surita. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Antes de passar à apreciação da Ordem do Dia, o Sr. Presidente informou que fora agendada para o dia 10 de abril, terça-feira, às 16 horas, audiência com o Ministro da Fazenda Guido Mantega, no gabinete ministerial, localizado no edifício sede, bloco P, Esplanada. Com essa manifestação do Exmo. Sr. Ministro, o Sr. Presidente sugeriu sobrestar a apreciação da proposição constante da **ORDEM DO DIA:** Apreciação do Requerimento nº 82/12 - do Sr. Izalci e outros - que "requer, nos termos do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega para prestar informações sobre o financiamento do Plano Nacional de Educação". Resultado: Retirado de pauta, de ofício. Manifestaram-se na direção da proposta formulada pelo Sr. Presidente os Deputados Gilmar Machado, Rogério Marinho, Izalci, Paulo Rubem Santiago e Dr. Ubiali."*

Todos esperançosos.



*“O Sr. Presidente anunciou que as comunicações de reuniões seriam encaminhadas aos e-mails institucionais no prazo regimental. **ENCERRAMENTO:** Às quinze horas e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente pôs termo à reunião. E, para constar, eu, Maria Terezinha Donati, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Lelo Coimbra e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor foi gravado e o arquivo de áudio correspondente passará a integrar o acervo documental desta reunião.”*

Lida a ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Apenas uma preocupação, Sr. Presidente. Talvez eu tenha entendido mal.

Na ocasião em que nós inclusive usamos a palavra para concordar com a proposição que V.Exa. fez, Sr. Presidente, de que, em vez de votarmos o requerimento do Deputado Izalci, nós fôssemos, juntamente com o Deputado Gilmar Machado, ao gabinete do Ministro Guido Mantega, para que ele pudesse conversar conosco um pouco a respeito da disposição do Governo em relação aos investimentos do PIB, eu me lembro, posso estar enganado, de ter proposto a V.Exa., e ter sido acatado pelos demais, que aquela fosse uma reunião da Comissão e como tal tivesse uma ata, fosse formal, que tivéssemos a possibilidade ter acesso àquela reunião, os nossos assessores, o que parcialmente foi atendido. A ata daquela reunião com o Ministro não foi colocada em votação. Ou será colocada em votação? Era só essa dúvida. Ela será feita...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ela não foi concluída mas transformá-la-emos em uma ata formal.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - O.k. Só essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico a V.Exas. o recebimento do Ofício nº 037/GAB, do Líder do PT, Jilmar Tatto, indicando o Deputado Biffi, membro titular desta Comissão, em vaga destinada ao partido.

Antes de passarmos à Ordem do Dia queria apresentar aos membros da Comissão uma proposta de calendário e de procedimentos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Apresentei um requerimento extrapauta em cima do requerimento já apresentado pelos Deputados Izalci, Paulo Rubem Santiago e Dr. Ubiali pela convocação do Ministro da Fazenda Guido Mantega. Queria saber da Mesa como vai ser o procedimento para ele entrar agora, porque ele já está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O procedimento é o pedido de inclusão extrapauta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu estou lendo o expediente ainda, não entrei na Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O que V.Exa. vai fazer não é a discussão da metodologia, a discussão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu vou apresentar uma proposta de calendário dentro do expediente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Dentro do expediente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Depois, antes de abrir a Ordem do Dia, teremos essa apreciação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Informo que está aberta a lista de inscrições para os que queiram participar dos debates.

Pois bem, dia 24...

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não, Deputado Bruno.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, só para comunicar aos colegas Parlamentares e à Mesa Diretora dos trabalhos que temos aqui uma comissão de surdos, várias associações e professores da universidade, liderados pela FENEIS, que é a Federação que trata dos direitos dos surdos. Eles estão aqui lutando pela escola bilíngue para surdos. Queria apenas comunicar e dar conhecimento a esta Plenária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Todos vocês são bem-vindos.

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A proposição de calendário de procedimentos dentro do expediente — que está em curso de leitura — que apresento é a seguinte:

Dia 24 de abril de 2012, terça-feira: apresentação e discussão do parecer do Relator, Deputado Angelo Vanhoni — no dia de hoje.

Dia 25 de abril, quarta-feira: transcurso do prazo de vista, se houver.

Dia 1º de maio, terça-feira: feriado.

Dia 2 de maio, quarta-feira: transcurso do prazo de vista.

Dia 8 de maio, terça-feira: discussão e votação do parecer do Relator.

Dia 9 de maio, quarta-feira: discussão e votação do parecer do Relator, com duas possibilidades, a de aceitar a complementação de voto e outra de não aceitar a apresentação da complementação de voto.

Na primeira possibilidade teremos, no dia 15, que é a sessão seguinte, discussão e votação do parecer do Relator, com a admissibilidade das complementações.

Dia 22 de maio, terça-feira: votação dos destaques.



Dia 23 de maio, quarta-feira: votação dos destaques, com possibilidade, se for encerrado direto o debate, se não, se houver a possibilidade de votação de destaque novamente teríamos no dia... Não, desculpe-me, dias 22 e 23 de maio.

Essa é a apresentação que eu sugiro como proposta para apreciarmos dentro do Regimento. São duas sessões por semana.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, poderia ler de novo, eu não entendi. Tem um buraco no meio no mês de maio, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O buraco é o feriado, o feriado do dia 1º, terça-feira. Essa semana fica comprometida.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, 2 de maio não, entre 8 e 9 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Dias 8 e 9 de maio, duas, 15 de maio, 22 de maio, 23 de maio...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas poderia reler então qual são os procedimentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Procedimentos:

Dia 24 de abril de 2012, terça-feira: apresentação e discussão do parecer do Relator, Deputado Angelo Vanhoni, com possibilidade de haver concessão de vista se for pedido.

Se for pedido, transcurso do prazo de vista para o dia 25 de abril, quarta-feira, amanhã.

Dia 1º de maio, terça-feira que vem, é feriado.

Dia 2 de maio, quarta-feira: transcurso do prazo de vista.

Concluídas as duas reuniões para esse tema, teremos duas para discussão do parecer.

Dia 8 de maio, terça-feira, discussão e votação do parecer do Relator.

Dia 9 de maio, quarta-feira, discussão e votação do parecer do Relator, com duas possibilidades: o Relator pode não aceitar as contribuições e fazer a votação do seu relatório original ou aceitar a complementação de voto, e na semana seguinte, no dia 15 de maio, faríamos a discussão e votação do parecer do Relator.

Dia 22 de maio, votação dos destaques.

Dia 23 de maio, o dia seguinte, votação dos destaques.



Essa é a proposição que ofereço para apreciação, com duas sessões por semana, desse processo. O.k.? Claro?

Antes de passarmos à Ordem do Dia da presente reunião, submeto a proposta do calendário de procedimentos referentes às reuniões destinadas à apreciação do parecer do Relator.

Isso posto, se há inscritos para debater a proposta apresentada, pelo silêncio já ficou acordado essa apresentação inicial, entrando direto na Ordem do Dia.

Passemos à Ordem do Dia. A pauta de hoje prevê a apresentação e discussão do parecer do Relator.

Antes, porém, temos sobre a mesa um requerimento de inclusão de proposição na Ordem do Dia, com o devido apoio.

“Sr. Presidente, requiro a V.Exa., nos termos do art. 52, § 5º, do Regimento Interno, ouvido o Plenário desta Comissão, a inclusão extrapauta na Ordem do Dia da sessão em curso do Requerimento nº 82, de 2012, do Deputado Izalci e outros, uma vez que a proposição encontra-se em condição de nela constar.”

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Qual é o requerimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O requerimento assinado pelo Deputado Izalci e outros propõe a convocação para este plenário do Ministro Guido Mantega.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Queria defender contrariamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O.k. Então, vamos...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Primeiro eu queria ouvir o porquê do requerimento, eu queria entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O.k. Esse requerimento ao ser votado o será por votação nominal. Como o autor do pedido desse requerimento é o Deputado Ivan Valente, em atendimento a sua manifestação, que ele faça a defesa do requerimento.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós apresentamos esse requerimento hoje extrapauta porque ele já era um requerimento e um desejo desta Comissão inteira, que queria que o debate principal do Plano Nacional de Educação, que é o financiamento do Plano nos próximos 10 anos, fosse discutido da maneira mais ampla possível. E a presença do Ministro da Fazenda nesta Casa seria de muita utilidade.

Mas houve uma resistência muito grande do Ministro da Fazenda em vir a esta Casa, não por causa da convocação que foi transformada em convite. O problema é que esta Comissão foi muito delicada, civilizada e se deslocou até o Ministério da Fazenda para uma reunião de mais de duas horas, quando nós fizemos uma reunião com o Ministro, e não fizemos nenhum balanço dessa reunião, em que evoluímos em matéria de financiamento, porque temos mais 19 metas. Agora, a meta que trata do financiamento é aquela que viabiliza o Plano Nacional de Educação. Não há Plano Nacional de Educação sem financiamento. O Deputado Gilmar Machado sabe disso. Ele é do tempo em que Fernando Henrique vetou os 7% do PIB aqui aprovados, e o Presidente Lula nunca derrubou o veto. Então, o Plano não saiu do papel, por mais que houvesse boas intenções.

Agora estamos discutindo exatamente isto: quanto, nos próximos 10 anos, vamos ter de gasto público em educação, para que tenhamos qualidade na educação, universalização da educação básica, erradicação do analfabetismo, ampliação dos ensinos médio e superior públicos e garantia da qualidade, inclusive com custo aluno/qualidade?

Por isso, saímos muito insatisfeitos da reunião com o Ministro, Presidente, porque ele não estava realmente atento ao que é um plano nacional de educação, um plano decenal, um plano para três governos. Ele não conseguiu entender que este Plano é estratégico para a Nação brasileira.

Então, nós entendemos que a questão da educação precisa ter visibilidade, Deputado Rogério Marinho. A vinda do Ministro aqui para um grande debate sobre o Plano Nacional de Educação para 10 anos seria importantíssima. Por isso muitos Deputados saíram satisfeitos. Nós estamos recolocando essa questão. Esperamos tanto. Ainda entendemos que há espaço para melhorar a proposta que o Relator está apresentando: em 10 anos, 2%, 2,5% do PIB.



Nós queremos que o Ministro venha contribuir publicamente. Digo que é fundamental que ele atenda a esse requisito da Comissão Especial, preste essa satisfação ao público brasileiro, porque aqui a reunião é pública, lá era fechada. Nós precisamos saber o que pensa o Governo efetivamente. Ele gasta 680 bilhões de juro por ano, mas não é capaz de botar, em 10 anos, 220 bilhões na educação.

Por isso, nós apoiamos este requerimento e queremos que seja colocado em pauta, para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu quero fazer o entendimento sumário em torno do encaminhamento: são quatro inscrições, sendo duas a favor e duas contra.

O Deputado Ivan Valente fez o primeiro encaminhamento a favor. Os Deputados Izalci, Gilmar Machado e Artur Bruno pediram a palavra.

Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero ponderar aqui que, em primeiro lugar, não acho justa uma convocação do Ministro, depois de ele ter feito uma reunião, atendido a Comissão, na qual todos os Parlamentares que se inscreveram puderam falar. O Ministro não só ouviu, mas discutiu, debateu. Ao mesmo tempo, o Deputado Rogério Marinho fez uma questão pertinente: vai ser produzida uma ata desse processo, como reunião. Então, vale como documento. Não há como não ser.

Antes de o Ministro Guido Mantega ter feito essa reunião com a Comissão, o Secretário Nacional de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland, esteve aqui e passou a tarde inteira. Alguns não participaram, mas quem quis debateu financiamento com ele, que fala pelo Ministério da Fazenda, fala pelo Governo. Esteve aqui debatendo com a Comissão. É só pegar as atas. Quem não pegou pode pegar a exposição dele, todas as argumentações e os debates que foram produzidos aqui.

Então, não é verdade que o Governo não queria e não produziu esses diálogos sobre financiamento. Por isso, estranha-me muito agora vir uma convocação. Antes era um requerimento de convite. Agora mudaram a forma de fazer o convite. Eu, particularmente, dessa forma, não concordo.



É bom também o Deputado Ivan Valente conhecer um pouco o Orçamento. O Brasil pagou no ano passado 230 bilhões, não 600 bilhões. Este ano vai pagar 190 bilhões, são 40 bilhões a menos de juros. Está no Orçamento, é só ver. Se quiser fazer o debate correto, vamos fazer. Não tenho nenhuma dificuldade em fazer esse debate, mas vamos fazê-lo corretamente.

Ainda nem ouvimos a leitura do relatório do Deputado Vanhoni, inclusive do avanço que houve com relação às metas que foram colocadas. E eu concordo. Tem que ter recurso. E vai estar no relatório, se não estivesse, eu não estaria aqui defendendo essa posição. Mas eu tenho certeza de que o Deputado Vanhoni avançou, e eu acho que não serão os 7% que tinham sido enviados aqui. Houve avanço. Então, se houve avanço, precisamos ouvir.

Por isso, posiciono-me neste momento contrariamente à convocação do Ministro, porque acho que ele cumpriu... O Ministério mandou representação e depois o Ministro mesmo fez uma reunião de mais de duas horas com todos nós. Inclusive, existe uma ata que todos nós vamos poder aprovar ou rejeitar. Mas entendo que foi produtiva essa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Izalci para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, primeiro, fizemos esse requerimento tendo em vista que, no primeiro requerimento, que foi transformado em convite, o Ministro não esteve presente. Esse foi um segundo requerimento. Agora, tem como autor, não só eu, mas também o Paulo Santiago e o Dr. Ubiali. Portanto, eu não o retiraria, exatamente porque não posso retirar um requerimento que não é só meu. Mas acho que precisamos discutir um pouco a reunião do Ministério.

Eu estive na reunião e pude perceber claramente que educação não faz parte da pauta econômica do País. Para mim ficou muito claro. O Ministro, infelizmente, desconhece completamente a questão do Plano Nacional de Educação. Isso, para mim, ficou claro. Agora, acho que conseguiremos avançar mais, porque eu tive a oportunidade de fazer três intervenções. A primeira, quando foi dito que o Ministério tinha um orçamento de 19 e foi para 80, mas eu pude constatar e afirmar que, em termos de PIB praticamente manteve-se durante esses anos todos, não houve nenhum aumento, foi praticamente nulo o aumento em termos de percentual do PIB.



Segundo, também é importante o seguinte: o Plano vai até 2023. Então, não se discutiu lá a questão, e ficou muito claro que o Ministro não discutiria naquele momento a questão dos *royalties*, a questão do pré-sal. Ora, se o pré-sal vai produzir a partir de 2017, e 2017 é uma outra realidade, e nós estamos fazendo um plano para 10 anos, então, de 2017 a 2023 existe, sim, a possibilidade de termos um avanço maior nesse período. Não sei. Eu não li o relatório completo ainda para saber se há uma revisão disso, mas acho que dá para avançarmos em função daquilo que ouvimos no Ministério.

Então, acho até que não é o fato de convidar ou convocar. Há espaço para debater e aumentar ainda esse percentual do PIB que está sendo proposto pelo Relator. Acho até que o Relator fez um trabalho maravilhoso, mas, em termos de defesa da questão dos 10%, ele fez uma defesa muito maior que o próprio Ministro, talvez exatamente porque o Ministro não estava 100% a par do Plano Nacional de Educação.

E eu lamentei, porque realmente educação deveria estar na pauta do Ministério da Fazenda. Infelizmente, ficou muito claro isso.

Portanto, acho que deveríamos, antes de qualquer coisa, discutir um pouco da reunião, mas se já entrou na discussão do relatório, vamos ouvir o relatório e depois ver o que faremos.

Eu, particularmente, acho, pelo que foi dito na reunião com o Ministro, que dá para avançar mais um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Bruno.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o projeto...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem. Estamos discutindo agora o requerimento de entrada em pauta, não é ainda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Estamos discutindo a admissibilidade do requerimento. Em seguida, discutiremos o requerimento, se ele for aprovado.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, estamos discutindo o Projeto de Lei do PNE que foi enviado a esta Casa em 2010 desde o primeiro semestre do ano passado. Quero parabenizar V.Exa. e o Relator, Deputado Angelo



Vanhoni, porque nós praticamente viajamos o Brasil inteiro, a Comissão, discutindo o mérito, as 20 metas, as estratégias. Quase todos os Estados foram contemplados com audiências públicas sobre o PNE. Depois, realizamos uma série de audiências públicas nesta Comissão separando os temas. Discutimos aqui educação infantil, educação fundamental, ensino médio, educação profissional, ensino superior, e fizemos vários debates, pelo menos três sobre financiamento da educação com o Ministério da Fazenda, nesta Casa. Fizemos um debate com especialistas, gente da universidade, com posições divergentes às do Governo, e fomos ao Ministério da Fazenda. Todos os Deputados desta Comissão e até os que não eram da Comissão participaram de mais de 2 horas de debate com o Ministro da Fazenda.

Conhecemos a posição do Ministro, a posição do Governo. Penso, Sr. Presidente, que a sociedade brasileira está exigindo de nós que discutamos o relatório e que votemos o Plano Nacional de Educação. Há mais de 1 ano que estamos discutindo. A sociedade brasileira quer uma decisão da Câmara dos Deputados, até porque o que for aprovado aqui ainda será discutido no Senado Federal e, se houver modificações no Senado Federal, voltaremos a debater, a discutir essas modificações. Portanto, não podemos ficar protelando eternamente esse debate. Claro que sempre haverá o que debater, mas tem que ter um limite, Sr. Presidente.

Penso que esse debate está muito claro. As posições já estão colocadas e evidentemente agora nos cabe discutir o relatório. Portanto, o Relator veio hoje apresentar o seu relatório para que possamos votar. Temos que votar. Não é uma votação simples, são 20 metas, são mais de 200 estratégias. É preciso, portanto, que possamos, efetivamente, dar uma satisfação à sociedade brasileira, convocar ou convidar ou trazer o Ministro para cá não vai acrescentar uma vírgula do que nós já sabemos das posições do Governo e das posições dos colegas Parlamentares. Agora, o debate é aqui. Vamos tentar convencer este Plenário, os colegas Deputados e Deputadas daquelas posições que consideramos corretas. Portanto, é protelação. Esse adiamento não faz o menor sentido, porque já conhecemos por diversas vezes a posição do Ministério da Fazenda sobre o financiamento, inclusive já houve uma mudança de posição do Governo. O Relator tem discutido constantemente com os Ministérios do Governo Dilma. Agora nos cabe, e eu peço



aqui encarecidamente aos colegas Parlamentares, atentar para o que a sociedade brasileira quer. Ela quer que discutamos e votemos. E aí a maioria vai prevalecer como em qualquer democracia.

Sr. Presidente, peço aos Deputados que reflitam sobre esse requerimento, porque estaremos protelando, adiando mais ainda a discussão e votação do PNE. Onde eu tenho andado, num ambiente de educação, a exigência, a reivindicação é: queremos a votação do PNE. Não dá para protelar por tanto tempo. A partir de junho, começarão as convenções. No segundo semestre, haverá o processo eleitoral. Quando é que iremos votar o PNE não Câmara? Ainda irá para o Senado e depois retornará à Câmara.

Portanto, Sr. Presidente, apelo aos colegas Parlamentares que cumpramos com o nosso calendário: apresentação hoje e, em seguida, que comecemos a votar o PNE naquilo que precisa ser discutido e votado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, queria tentar propor um acordo, se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Ao contrário do que diz o Deputado Ivan Valente, o Ministro não tem nenhuma dificuldade em vir. Haverá uma reunião, o convite já está feito, e ele já aceitou fazer um debate com a Comissão de Finanças e Tributação sobre a conjuntura geral. A minha proposta, se for aceita, é realizarmos uma reunião conjunta. Agregariamos ao tema da conjuntura geral a questão do Plano Nacional de Educação, no dia 8. Então, faríamos a reunião conjunta, como sempre aconteceu aqui. Com isso, transformaríamos a convocação num convite e faríamos então conjuntamente com a CFT.

Essa é minha proposta, um esforço que estou tentando fazer para que continuemos. Mas que isso não inviabilize a apresentação do relatório e tal. Então, esta é uma tentativa de, mais uma vez, mostrar que estamos abertos para o entendimento. Se não for, aí vamos usar, como é natural, o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não considero a proposta do Deputado Gilmar como de entendimento. Estamos querendo discutir o Plano Nacional. Ao



propor uma reunião conjunta na Comissão de Fianças, S.Exa. rebaixa a nossa própria Comissão, que é a do Plano Nacional de Educação. Temos de discutir especificamente a educação. Não vamos discutir a crise nacional e crise internacional junto com educação. Vamos discutir se o Governo tem ou não tem dinheiro para a educação.

O Deputado Gilmar Machado está enganado. O Governo gasta só de juros 230 bilhões de reais por ano. Gasta também rolando a dívida, e isso representa 46% do Orçamento — 680 bilhões por ano. Uma CPI que nós comandamos aqui, e cujos resultados estão no Ministério Público, provou com números — mil páginas — e pediu auditoria da dívida. É óbvio que tem — não vamos discutir isso agora — dinheiro, sim. O problema é de determinação de prioridade. E é por isso que estamos propondo que o Ministro venha discutir publicamente, porque o que fizemos lá foi uma grande gentileza. A Comissão inteira foi ao Ministério da Fazenda. Foi insatisfatório, claramente insatisfatório. Agora é o momento de o Governo dizer que vai expor a disponibilidade, o que é prioridade e o que não é. Isso é para o público, para a sociedade. Isso aqui é o Poder Legislativo.

Por isso, continuo defendendo que o Ministro venha até essa Casa, não importa se por convocação ou convite. Devemos afirmar à Comissão, mais uma vez, que é o grande tema do PNE. Essa é a questão. Não é um aspecto secundário do PNE, é o que viabiliza o Plano que estamos discutindo: o financiamento. São 3 mandatos presidenciais. Não é 1 ou 2 anos. Não estamos falando em 10% para o dia seguinte. Por isso que dá para fazer essa discussão. E o que existe lá fora é a pressão de toda a sociedade pelos 10% do PIB. Não é para votar o PNE. É para destinar o equivalente a 10% do PIB a fim da educação ter qualidade, porque sabemos o que é o retrato da educação e o passivo educacional.

Não entendo, pois, a proposta do Deputado Gilmar Machado como uma proposta que ajude a resolver o problema. Seria mais fácil aprovar a vinda do Ministro e nós tocaríamos o processo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Newton Lima.



O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Quero, em primeiro lugar, registrar a minha preocupação com relação ao clima democrático do debate tão importante que todos queremos fazer, sem renúncia de posições. Um clima de construção de consensos e de encaminhamentos precisa ser mantido ao longo da discussão do plano mais estratégico para o Brasil, o Plano Nacional de Educação.

Estou dizendo isso porque, se acordarmos que faremos antes da leitura do relatório uma reunião com o Sr. Ministro de Estado da Fazenda para debater a Meta 20 — esse acordo foi costurado entre todos nós —, independentemente das interpretações acerca do conteúdo do resultado da reunião da Comissão Especial com o Sr. Ministro, eu dirijo profundamente, com todo respeito, do que foi dito pelos Deputados Ivan Valente e Izalci.

Acho que se abriam oportunidades extraordinárias para avançarmos ainda mais, de maneira responsável, com relação a trazer mais recursos para a educação quando da revisão do Plano Nacional que vamos fazer daqui a 5 anos.

Independentemente da interpretação de cada um, da leitura que cada um tenha feito, o Sr. Ministro de Estado nos recebeu com toda a dignidade e tempo. Foram 2 horas e 30 minutos de debate com a autoridade máxima da Fazenda, expondo argumentos e o porquê era possível sair de 7% até 7,5% ou 8,1% no conceito global de avaliação.

Se alguns de discorda das posições do Ministro, é absolutamente correto e democrático. Agora, não compreender que esse é um ato de Estado, de reconhecimento a todos nós, da Comissão — duas horas e meia de debate com o Ministro de Estado e os seus assessores, com representantes do Ministério da Educação, depois de essas autoridades já terem estado conosco em várias outras oportunidades, antes desta última que havíamos combinado como decisiva para uma reflexão antes da votação —, eu penso que é desnecessariamente quebramos um processo de construção, a mais adequada e harmoniosa, que é a marca extraordinária desta Comissão, o que acrescentará a reapresentação dos argumentos, de um lado ou de outro, num momento em que precisamos de fato levar a questão democraticamente a voto.

Quero lembrar ao Deputado Ivan Valente — não preciso dizer quão sou fã dele e de toda a sua trajetória educacional, que se confunde com a minha — a



importância, em um ano de eleições municipais, de fazermos todos os esforços para a aprovação do Plano — daí por que o Presidente Lelo Coimbra ter razão de apresentar para um cronograma de duas reuniões semanais; parabéns, Presidente —, porque temos responsabilidades de colocar para cada um dos candidatos a Prefeito dos 5.554 Municípios brasileiros o compromisso de construir, a partir do ano que vem, os Planos Municipais de Educação à luz do que foi deliberado pelo Congresso Nacional.

Se qualquer atitude que tomarmos vier simplesmente provocar a protelação dessa decisão, não será um bom serviço à causa da educação brasileira, particularmente para os agentes municipais, que são protagonistas de parte fundamental da educação básica neste País.

Quero apelar ao Deputado Ivan Valente. Nós não avançaremos nesta discussão, porque a discussão já está colocada e é pública. Os argumentos são públicos, conhecidos e foram fartamente apresentados. Concordemos ou discordemos do parecer do Relator e das expressões do Sr. Ministro de Estado de Educação e do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, é democrático. Agora, queimarmos um momento importante com uma discussão que já fora realizada, que fora pactuada por nós, para evitar que façamos a leitura de um documento que é fundamental e gera uma expectativa no Brasil, não me parece um procedimento adequado.

Eu estou do lado, divergindo do Deputado Ivan Valente, do Fórum Nacional de Educação. Na perspectiva de hoje, o Brasil reclama por mais recursos para a educação. E quanto mais recursos para a educação, mais rápido e de maneira mais efetiva seremos capazes de avançar numa área tão estratégica. Ademais, o Fórum Nacional de Educação e várias entidades também consideram absolutamente prioritário que a Câmara dos Deputados vote o mais rápido possível, depois de mais de um ano e meio de ricos e acalorados debates, o parecer do Relator.

Por isso, encaminho contrariamente a essa convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra a Deputada Rebecca Garcia.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, não sou membro da Comissão, mas tenho acompanhado seus



trabalhos. Aliás, tive a oportunidade de ter a presença do Deputado Vanhoni no Estado do Amazonas e de lá debatermos ao Plano Nacional de Educação. Tenho acompanhado esse debate durante todo esse tempo. Entendo, sim, que é muito importante que seja apresentado o relatório. O Governo considera importante, sim, uma Política Nacional da Educação bem elaborada.

Esta Comissão é de alto nível. Gostaria de aproveitar a oportunidade e sugerir ao Deputado Ivan Valente, se necessário for, o convite ao Ministro. A sugestão do dia 8 de maio não apequena de maneira alguma esta Comissão. Muito pelo contrário. O Ministro estará nesta Casa para debater a economia do País. A educação é ponto importantíssimo da economia do nosso País.

Sabemos que é complicada a agenda de um Ministro e gostaríamos de aproveitar a oportunidade da presença dele nesta Casa. As Comissões se encontram quando é interessante para a agenda tanto do Legislativo quanto do Executivo resolver um problema como esse.

Então, o Governo está disposto, quer dialogar, mas quer encontrar uma data que seja boa para todos. O dia 8 de maio é interessante para o Ministro, porque ele já estará nesta Casa. Logo, de maneira alguma, apequenará esta Comissão.

Quanto à questão do Orçamento, ele é debatido nesta Casa. É nesta Casa que são definidas as questões orçamentárias do País. Portanto, precisamos, na Comissão de Orçamento, brigar para que mais recursos sejam destinados para a educação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra a Profa. Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos.

Eu só gostaria de esclarecer que o mote da nossa discussão — a vinda ou não do Ministro — tem um único foco: a questão do financiamento, se o que está sendo colocado pelo Relator é suficiente para o cumprimento das metas e da melhoria situação da educação que nós vivemos.

Não podemos fazer de conta que não é esse o problema. Alguns Deputados têm colocado como se, com essa discussão, nós quiséssemos atrasar ou não



tivéssemos compromisso com a votação. Acho que já demoramos muito, sim. O Brasil tem pressa. Vamos ficar 2 anos sem o PNE em execução, pelo próprio andamento.

Agora, não podemos fazer de conta que não temos um problema de financiamento. Temos, sim. No que se refere à educação, os recursos não são suficientes. Este País não consegue pagar o piso salarial, que é insignificante. Este País tem criança estudando em escola de lata, de placa e de madeira. Este País tem índices que mostram que não temos uma educação de qualidade.

Então, não podemos fazer de conta que não precisamos de mais dinheiro ou, até como foi insinuado em nossa reunião, que não conseguiríamos aplicar os recursos na educação.

Eu não sei se a vinda do Ministro irá mudar alguma coisa, porque ele demonstrou um desconhecimento do PNE. Foi gentil, foi cordial, ouviu todos os Deputados, mas eu não sei se avançaríamos, porque me parece que é questão de foco: a educação continua não sendo prioridade. Só o é nos palanques políticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como Presidente, eu quero fazer seguinte registro: essa proposta entrou na Câmara em dezembro de 2010; esta Comissão foi constituída em abril de 2011 e chegou à sua 33ª reunião ao longo do ano passado. Foram ouvidos 77 convidados nesse período. Em dezembro, ficamos na expectativa da vinda ministerial, o que permitiria que este debate que estamos produzindo agora já pudesse ter sido realizado.

Então, o debate são as metas e como pagá-las. O debate é o financiamento. Sem sombra de dúvida, isso vai estar no processo de debate.

A minha determinação pessoal de entregar esse Plano conclusivo à Câmara, ao longo do mês de maio, é muito grande. O que eu puder fazer para isso, eu farei. Então, eu queria que pudéssemos trabalhar esse assunto.

Como não há mais ninguém inscrito, vou colocar em votação. Primeiro, haverá a orientação de bancada. Vou pedir orientação de bancada aos partidos presentes acerca da admissibilidade do requerimento. Não estamos votando o mérito de convocação, nós estamos votando a inclusão extrapauta desse tema.

Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O PSOL vota "sim".



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o Bloco PV/PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o Democratas?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PMDB?

(Não identificado) - A nossa orientação é pela não admissibilidade.

A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA - O PMDB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PT?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - O PT também "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Agora, vamos à votação nominal. Peço ao Deputado Izalci que recepcione os votos nominais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pelo Partido dos Trabalhadores.

Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Voto "não".

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Biffi. *(Pausa.)*

Deputada Fátima Bezerra. *(Pausa.)*

Deputado Newton Lima.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pelo PMDB.

Deputado Lelo Coimbra.



O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Raul Henry. *(Pausa.)*

Deputado Renan Filho. *(Pausa.)*

Deputada Teresa Surita.

A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pelo PSDB.

Deputado Eduardo Barbosa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pelo PP.

Deputado José Linhares. *(Pausa.)*

Deputado Waldir Maranhão. *(Pausa.)*

Pelo Democratas.

Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)*

Deputada Professora Dorinha Seabra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pelo PR.

Deputado Izalci. "Sim".

Deputado Neilton Mulim. *(Pausa.)*

Pelo PSB.

Deputado Ariosto Holanda. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Ubiali. *(Pausa.)*

Pelo PDT.

Deputado Paulo Rubem Santiago. *(Pausa.)*

Pelo Bloco PV/PPS.

Deputado Antônio Roberto. *(Pausa.)*

Pelo PTB.

Deputado Alex Canziani. *(Pausa.)*

Pelo PSC.



Deputado Hugo Leal. *(Pausa.)*

Pelo PCdoB.

Deputada Alice Portugal. *(Pausa.)*

Pelo PRB.

Deputado Márcio Marinho. *(Pausa.)*

Pelo PMN.

Deputado Professor Setimo.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR SETIMO - Eu gostaria de consignar o meu voto em obstrução.

(Não identificado) - Presidente, diante dos argumentos que apresentei, quero mudar o meu voto para “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

É abstenção, não é?

(Não identificado) - Obstrução. A obstrução é regimental. Portanto, o voto não é contado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos chamar agora os suplentes.

Pelo Partido dos Trabalhadores.

Deputado Artur Bruno. *(Pausa.)*

Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - O PT está em obstrução.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pelo PMDB.

Deputado Gabriel Chalita. *(Pausa.)*

Deputado Joaquim Beltrão. *(Pausa.)*

Pelo PP.

Deputado Esperidião Amin. *(Pausa.)*

Deputado Ronaldo Fonseca. *(Pausa.)*

Pelo Democratas.

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pelo PSOL.

Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Pelo PSB.

Deputado Luiz Noé (*Pausa.*)

Deputado Severino Ninho. (*Pausa.*)

Pelo PDT.

Deputado Marcos Rogério. (*Pausa.*)

Pelo Bloco PV/PPS.

Deputado Stepan Nercessian. (*Pausa.*)

Pelo PTB.

Deputado Paes Landim. (*Pausa.*)

Pelo PSC.

Deputado André Moura. (*Pausa.*)

Pelo PCdoB.

Deputado Chico Lopes. (*Pausa.*)

Pelo PRB.

Deputado Dr. Rosinha. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não havendo *quorum* para deliberação, a matéria deixa de ser apreciada, mas a sessão não é interrompida.

Quero informar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Queria ouvir da Mesa qual foi o resultado da votação, qual o *quorum* alcançado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O *quorum* regimental é 15. Houve 7 votos “sim”, 2 “não” e 3 “abstenção”.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, temos 12.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O *quorum* é 15. Como obstrução não conta, porque é regimental, o voto não é contado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas eu quero saber se temos *quorum* para continuar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não temos *quorum* para deliberar, mas temos para continuar a sessão.



Eu quero informar aos amigos da defesa da escola bilíngue que daremos o espaço para a manifestação do grupo. Combinamos com o Deputado Angelo Vanhoni, que irá apresentar o relatório, para uma apresentação sumária. Na sequência, ouviremos a manifestação de um representante do grupo aqui à frente.

Esse é o nosso encaminhamento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não, Deputado Ivan Valente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu sugiro que V.Exa. encaminhe agora a apresentação do grupo, em respeito a todos os componentes do movimento, porque, inclusive, tenho o direito de ouvir o relatório inteiro, e não o sumário apresentado pelo Relator.

Então, em respeito às pessoas que nos visitam hoje — e o relatório do Deputado Angelo Vanhoni é longo e ele vai ter que lê-lo —, que façamos a apresentação imediata dos queridos amigos que nos visitam hoje, porque depois vamos ter outra proposta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não temos problema algum em ouvir primeiro o grupo, mas não pelo motivo que V.Exa. argui. Como o relatório já foi apresentado e já foi distribuído, a sua leitura não precisa ser na sua íntegra; ele pode ser sumariado ou apresentado por pontos.

Portanto, em virtude da presença e pelo carinho que temos por todos, podemos fazer essa inversão, mas não pelo motivo apresentado por V.Exa.

Peço que se apresente aquele que irá falar em nome do grupo, em defesa da escola bilíngue para surdos.

Com a palavra Patrícia Rezende.

A SRA. PATRÍCIA REZENDE (*Exposição em LIBRAS. Tradução simultânea*)
- Patrícia Rezende, Diretora de Políticas Educacionais da Federação Nacional de Surdos.

Em primeiro lugar, agradeço à Deputada Teresa Surita, que nos permitiu estar aqui neste momento.

Hoje, 24 de abril, é o dia em que se comemoram os 10 anos da Lei nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS. Enquanto os senhores



estão negociando o Plano Nacional de Educação, nós, surdos, também estamos apresentando alguns pleitos. E gostaríamos muito de lhes agradecer a oportunidade de estar aqui diante do Deputado Angelo Vanhoni, Relator do Plano Nacional de Educação.

Estamos aqui representando todo o povo surdo, que não se considera deficiente, mas integrante de uma comunidade linguística viva. Então, não fiquem preocupados com a ideia de que abrir escolas bilíngues para surdos geraria uma abertura desmedida de escolas especiais. Não! Todas as pessoas com outras deficiências podem estar incluídas nesse atendimento educacional especializado porque são falantes da língua majoritária, a língua portuguesa, a língua oficial do País, mas nós, surdos, somos diferentes. A língua de sinais é a nossa primeira língua, no caso do Brasil, a LIBRAS. A primeira língua dos demais brasileiros com deficiência não é uma língua específica, mas a portuguesa. A nossa, é a LIBRAS. *(Palmas.)*

As comunidades indígenas já têm uma educação bilíngue. Nós, surdos, queremos ter o mesmo direito. *(Palmas.)* A Aliança Internacional das Pessoas com Deficiências — AIDA produziu um documento, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU. E o Brasil é signatário desse documento, que diz que as minorias linguísticas não precisam de uma educação especial. *(Palmas.)* Elas precisam de uma educação bilíngue.

Os indígenas estão inseridos na educação especial? Não. Eles têm uma educação diferente. Os índios são brasileiros assim como nós. A língua deles é respeitada. Sua educação, porém, é bilíngue. Eles não estão no lugar de pessoas com deficiência, mas no lugar linguístico específico deles. A base principal da nossa argumentação é essa.

Pedimos a presença aqui da Ana Luiza, uma criança surda, que vai apresentar rapidamente sua posição para nós.

ANA LUIZA *(Exposição em LIBRAS. Tradução simultânea)* - Olá, é um prazer conhecer todos vocês. Vocês sabem o que significa escola bilíngue? Vocês não são surdos, não é? Nós somos uma comunidade surda. Então, gostaria de dizer que todos nós, surdos, precisamos da escola bilíngue. Nós precisamos conviver com surdos, porque conviver apenas com ouvintes é um sofrimento muito grande. Isso



não deve ser feito. Nós queremos que os surdos tenham classes bilíngues, escolas bilíngues, porque isso vai promover... Estou muito feliz porque os surdos estão aqui.

Nós temos um histórico de sofrimento, de tristeza por estarmos incluídos nas escolas para ouvintes. Nós queremos uma escola para surdos. Muitas vezes temos espaços educacionais muito restritos. Os ouvintes podem estar presentes nesses espaços, nessas escolas bilíngues. É uma escola aberta. Nós, os surdos, sim, somos muito parecidos com os ouvintes. Eles se comunicam com a língua oral auditiva; os surdos, com a Língua Brasileira de Sinais. A vida dos surdos não pode ser plena se eles não tiverem sua própria língua, porque os ouvintes conversam entre si, têm sua vida. *(Palmas.)* O surdo também tem sua caminhada. O surdo não é bobo. *(Palmas.)* Os surdos que estão aqui são inteligentes e capazes. Claro que somos inteligentes e capazes. O surdo não é bobo; não é preguiçoso. Ele trabalha e tem bom desempenho — e há surdos bem empregados.

Então, quero pedir a ajuda dos Deputados. Estamos mostrando nosso pedido de socorro. Por favor, por favor, vocês que podem nos ajudar nos ajudem. Divulguem para todo o Brasil, para que possamos fazer um movimento forte e de respeito. Peço aos surdos presentes aqui que divulguem, que digam para todos os surdos do Brasil que nós podemos fazer uma festa muito maior do que a que estamos fazendo. *(Palmas.)*

A SRA. PATRÍCIA REZENDE *(Exposição em LIBRAS. Tradução simultânea)*

- Na convenção da ONU há um artigo que diz da necessidade, quando se faz política pública ou quando se faz uma lei, de se consultar o segmento interessado, o segmento que essa lei vai contemplar. A comunidade surda precisa ter um representante. A ONU precisa ser consultada também. A convenção da ONU está sendo desrespeitada no País. Se isso continuar, os surdos podem processar o Estado brasileiro por não estar promovendo educação bilíngue para surdos. *(Palmas.)*

Eu estudo em escola particular e no Centro Educacional de Audição e Linguagem Ludovico Pavoni — CEAL, aqui em Brasília. Então, frequento escola nos dois turnos. Imagino que, se eu tiver uma escola bilíngue, posso conviver diretamente com surdos, posso ver criancinhas surdas aprendendo a língua de sinais e adquirindo ainda mais conhecimento dessa língua para poderem opinar,



desenvolver-se cognitivamente e desenvolver a própria inteligência e o potencial, com a troca de experiências. (*Palmas.*)

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Parabéns pela manifestação.

Quero agradecer à Deputada Teresa Surita a presença e o pedido para que ouvíssemos essas pessoas. Todos nós, na realidade, poderíamos fazer isso, mas agradeço à Deputada Teresa, em particular, porque trouxe esta solicitação. Ficamos muito felizes por ouvi-los.

Com a palavra o Deputado Eduardo Barbosa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Sr. Presidente, é lógico que nós recebemos relatório e que todos vamos ter de nos ater a uma leitura detalhada.

Quero, porém, aproveitar a presença dos surdos, porque uma das questões já levantadas em relação ao relatório foi uma solicitação ao Deputado Angelo Vanhoni no sentido de que na Estratégia 4.6 pudesse haver uma inversão da redação.

Vou ler como está o texto e como eles querem que fique, porque o Relator já poderia, inclusive publicamente, se for o caso, diante dos surdos, se entender que é oportuna, acolher a sugestão.

A redação apresentada está na seguinte forma: *“Garantir oferta no atendimento escolar da população de zero a 16 anos na educação bilíngue para surdos em Língua Portuguesa e em Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS.”*

O que os surdos desejam é que a redação seja invertida: *“(...) educação bilíngue para surdos em Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS e em Língua Portuguesa”*. Esse pode parecer um detalhe, mas, para eles, é essencial, como ouvimos aqui da Ana Luiza.

A Neurociência mostra hoje que, quando eles aprendem a Língua Brasileira de Sinais, sua língua nata, sua língua mãe, é muito mais fácil aprender a outra. Então, há um significado: a introdução da Língua Brasileira de Sinais precocemente lhes dá a possibilidade inclusive de um desenvolvimento linguístico muito maior.

Por isso a solicitação da inversão no relatório. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Relator Ivan... Desculpem, estou com o Deputado Ivan Valente na cabeça...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas, veja bem, Deputado Lelo Coimbra, se eu fosse o Relator, seriam 10% do PIB. Pode ter certeza, sem nenhum demérito ao Deputado Angelo Vanhoni, logicamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Relator, o Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Esse debate marcou praticamente o ano passado todo, tanto no que se refere aos surdos quanto àqueles que têm alguma deficiência visual, mas com um diferencial: houve sempre uma reivindicação dos surdos. O debate que os surdos fazem é mais profundo do que o de outros grupos que têm alguma outra necessidade especial, alguma outra deficiência. Por quê? Porque os surdos reivindicam o *status* de língua para a LIBRAS.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Como?

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - A Constituição brasileira já reconhece a LIBRAS inclusive como...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu sei, mas do ponto de vista de primeira língua, em relação ao português...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não, primeira língua. O *status* de primeira em relação ao português. Eu não sei se está na lei. Na lei está o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como primeira língua. O projeto relativo à Língua Brasileira de Sinais tramitou nas duas Casas, foi aprovado e, depois, sancionada a lei pela Presidência República. Define essa lei que a língua primeira do surdo é a Língua Brasileira de Sinais. Então, isso está garantido pela legislação brasileira.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Isso. Foi esta a luta do movimento durante o ano passado inteiro: buscar esse reconhecimento pelas instituições que, no Brasil, fazem a educação para os surdos em todo o território nacional.

Nós procuramos, no Plano Nacional, que tem a ótica da inclusão, garantir o que não estava muito claro, ou seja, que, em todas as salas de aula, em todo o ciclo educacional de zero a 3 anos, de 4 a 5 anos, no ensino fundamental, no ensino



médio e também no ensino superior, houvesse o ensino da língua de sinais. Por isso, na redação da Estratégia 4.6 e, depois, da 4.11, colocamos esse reconhecimento, que não estava no texto original.

Quanto ao debate a respeito da criação de escolas próprias — isso me foi perguntado —, achamos que poderia ser feito em legislação separada. Não achamos que devesse constar do Plano Nacional. No entanto, esse é um debate bom de se fazer. Aliás, temos uma série de polêmicas “boas” em relação a toda a Meta 4 que vamos discutir durante este mês.

O texto que está posto para análise é o inicial, de acordo com o conceito de inclusão que nós consignamos. No entanto, até o término da discussão, o Relator poderá fazer qualquer modificação para consolidar um consenso na Comissão Especial.

Eu já disse ao Deputado Eduardo Barbosa que não vejo problema em fazer a inversão sugerida, deixando em primeiro lugar, a Língua Brasileira de Sinais e a língua portuguesa logo depois, na Estratégia 4.6. Não vejo problema quanto a isso e como orientação do Plano Nacional como um todo.

Agora, quanto à possibilidade de constituição de escolas próprias, penso que o debate precisa ser melhor feito na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Nesse sentido, então, o Relator acolhe a sugestão do Deputado Eduardo Barbosa quanto à inversão do texto, mas deixando em aberto o debate da constituição de escolas específicas. É esse o entendimento? *(Pausa.)*

Feito esse encaminhamento e atendida a sugestão, parabenizo a todos, ao vivo e a cores.

Com a palavra o Relator Ivan... Angelo Vanhoni. *(Risos.)* O Deputado Ivan está dando trabalho.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sou do tempo em que o Deputado Gilmar dava trabalho também. Agora, S.Exa. segura a onda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Angelo Vanhoni.



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Ivan Valente pede que eu faça uma leitura global do texto. Pretendo fazer essa leitura, mas vou fazer uma pequena súmula das principais metas, para que saibamos do que estamos tratando, inclusive para localizar o debate a respeito do financiamento, que é o debate que nos distingue sobremaneira entre aqueles que defendem os 10% — e vão continuar defendendo — e aqueles que acham que podem aprovar o relatório sem a Meta 20 consignar os 10%.

Então, gostaria de apresentar sinteticamente as diferenças fundamentais do ponto de vista das metas e dos recursos.

São 20 metas, algumas tratam de recursos; outras, não.

Peço à assessoria que reduza a luz para passarmos as metas.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Meta 1 diz respeito à educação das crianças de zero a 3 anos. No Brasil, de acordo com os dados do IBGE, há 11 milhões de crianças nessa faixa de idade. Hoje, nós temos 2 milhões e 64 crianças matriculadas na educação de zero a 3 anos.

A proposta inicial do Governo é no sentido de passar a atender 50% das crianças dessa faixa etária, isto é, chegar a 5,8 milhões. Nós mantivemos a proposta de 5,8 milhões, mas com uma diferença. E essa diferença, para nós, no nosso entendimento na assessoria técnica, depois de todo o debate que realizamos acerca da educação de crianças de zero a 3 anos no Brasil inteiro, com os Municípios, é muito importante.

Hoje, para fazer o atendimento de uma criança de zero a 3 anos, o valor pago pelo Governo é de R\$2.252,00, por aluno. Nós utilizamos o valor do CAQi, que é R\$7.000,00, e colocamos o valor de R\$3.569,00, 50% a mais do hoje é pago, o que melhora significativamente as condições para que os Municípios possam dar um atendimento melhor para criança.

Todos nós sabemos que o atendimento à criança de zero a 3 anos é caro, pois demanda mais tempo com a criança, alimentação, vestimenta, fralda, cuidados, as salas são menores e assim por diante. Nós estamos melhorando significativamente os recursos e, ao mesmo tempo, mantendo a creche. Essa é uma diferença em relação ao projeto original.



Segundo ponto: educação pré-escolar, crianças de 4 a 5 anos. Há 4,7 milhões de crianças matriculadas. O Governo propõe aumentar para 5,8 milhões. Nós temos um grupo de crianças, nessa idade de 4 a 6 anos, que não estão matriculadas. A proposta aqui é universalizar o atendimento, isto é, até 2016, toda as crianças de 4 a 6 anos de idade deverão estar numa escolinha infantil.

Então, como já é uma obrigação constitucional, essa é uma meta que, até 2016, o Estado brasileiro terá de cumprir, terá de realizar.

Novamente estamos utilizando os valores do CAQi, que fez um estudo aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, dizendo qual é o custo qualidade/aluno inicial em todo o Brasil.

Para essa modalidade, o Governo hoje paga, por intermédio do FUNDEB, para os Municípios, R\$2.252,00. Nós estamos adotando R\$2.904,00. Houve um acréscimo aqui também que pode ajudar os Municípios a procederem à implantação da educação infantil com uma melhor qualidade em todo o território nacional.

Meta 2: ensino fundamental. São 31 milhões de crianças matriculadas. Haverá um bônus demográfico, segundo os dados do IBGE. Nós deveremos ter, em 2020 — aliás, provavelmente em 2022 —, perto de 29 milhões de crianças. O custo/aluno praticado hoje é de R\$2.632,00. Nós estamos mantendo a meta de 29 milhões de crianças. E o custo/aluno, estamos colocando R\$2.745,00. Só que estamos fazendo uma diferença de cálculo.

O Ministério da Educação, ao mandar o projeto original para a Câmara não calculou a participação da iniciativa privada, filantrópica, comunitária no cômputo dos alunos. Nós estamos seguindo a orientação de todos os economistas da educação, inclusive aqueles que estiveram aqui, os que produziram o CAQi, os que produziram as análises financeiras, e estamos trabalhando com um índice de 90% de cobertura ao pagamento de R\$2.745,00.

Meta 3: ensino médio. São 8,3 milhões de crianças matriculadas hoje em idade de 14 a 17 anos de idade. Nós estamos prevendo, em 2022, 10 milhões de crianças matriculadas. Nós estamos mantendo a meta do Governo. E estamos propondo o pagamento de R\$2.793,00, que é o que o CAQi orienta a pagar nessa modalidade de ensino, mas não calculando sobre 100% da base, e sim 90%, porque, como todos os senhores sabem, a iniciativa privada tem uma parcela da



população que não frequenta as escolas públicas de ensino médio no nosso País, mas, sim, as escolas da sociedade civil, da rede privada de ensino.

Meta 4. Hoje, no Brasil, temos 700 mil matriculados com um gasto de 2,2 bilhões de reais. O Governo, para a Meta 4, não enviou nenhuma estimativa de custo e também não solicitou nenhuma meta no que diz respeito à ampliação da incorporação da inclusão. Nós estamos trabalhando com a possibilidade de incluirmos perto de 2...

Vejam que aqui há uma diferença muito grande em relação a projetos do Governo no que diz respeito a finanças. Nós estamos trabalhando com um contingente de pessoas que têm alguma necessidade especial, alguma deficiência, na ordem de 2,2 milhões de brasileiros. Então, sair de 700 mil e ir para 2,2 milhões. Por que esse número? Porque foram os dados publicados com todas as estimativas da PNAD e do IBGE publicados agora no final do ano passado. O MEC não tinha esses dados quando, no final de 2010, enviou o projeto original para a Câmara dos Deputados.

Nós estamos dimensionando custos na ordem de R\$3.569,00 por aluno para a educação especial em todo o território nacional, isto é, para que as redes possam ter condições de efetuar uma educação especial. Então, aqui tem 0,21% do PIB. Vejam a diferença: o gasto atual é de 0,06%. Não há propostas do Governo. E nós estamos colocando 0,21% do PIB.

Meta 5: alfabetização. Hoje, 56% das crianças com até 8 anos estão alfabetizadas. O projeto do Governo é o de que 100% das crianças com até 8 anos estejam alfabetizadas. O nosso substitutivo está apontando 100% das crianças alfabetizadas até o final do segundo ano do ensino fundamental.

Essa meta aqui é o substitutivo primeiro. Nós erramos aqui. Estamos mantendo a formulação do projeto original do Governo Federal, do Ministério da Educação. Essa meta não tem recurso, porque está absorvido pela rede, e nós estamos mantendo a formulação de 100% de alfabetização das crianças com até 8 anos. É a mesma redação que mantivemos no substitutivo de agora.

Meta 6: educação em tempo integral. Aqui também há uma diferença muito grande. Nós temos hoje 1,1 milhão de crianças em educação integral, o que traz um dado muito importante para a análise do processo educacional brasileiro. Nas



grandes cidades, sobretudo nas periferias, nas escolas que têm IDEB mais baixo, a realização do contraturno e do Mais Educação, com a adoção da política da educação integral, revelou que as crianças melhoram as suas condições de aprendizagem sobremaneira.

Por isso, o MEC apresentou uma proposta original para sairmos de 1,1 milhão e alcançarmos a cifra de 11,3 milhões de matrículas, o que daria 50% das escolas do ensino básico brasileiro em 2020. Nós estamos mantendo os 11 milhões. Só mudamos um pouco a redação da meta, garantido 50% das escolas, mas, no mínimo, 25% dos estudantes, fazendo referência por aluno, o que dá 11,3 milhões de crianças matriculadas na rede em regime integral. Só que com uma diferença: na nossa conta, na nossa planilha técnica, não estamos adotando o custo do Mais Educação, que é o repasse que o Governo faz para a educação integral, na ordem de R\$370,00 em média por aluno. Então, o Governo induz e faz o contraturno para uma escola que está num local em que o IDEB é baixo, há dificuldades de aprendizagem, etc., porque é por onde o Mais Educação deve melhorar a educação em todo o território nacional, melhorando o custeio dessas atividades com R\$370,00 por aluno.

Nós estamos sugerindo que o valor seja de R\$2.333,00, isto é, a repetição do recurso pago ao ensino fundamental. O que estamos querendo dizer com isso? Que queremos uma educação integral não apenas em contraturno na política atual do programa Mais Educação. Queremos dar uma passo à frente nisso.

Queremos que as redes municipais sejam estimuladas com recursos para pagar a jornada de 6 a 7 horas de permanência das crianças nas escolas, pagando o professor, organizando a grade curricular e as atividades pedagógicas com as crianças em regime integral, a fim de que o Brasil possa dar um passo importante na qualidade da educação nacional.

Considerando-se a consulta que fiz e que a nossa equipe técnica fez com todos os especialistas da educação, se o Brasil conseguir, em 10 anos, fazer uma política com que a rede pública brasileira esteja com 11 milhões de crianças em regime integral, pagando R\$2.330,00 por aluno, vamos dar um passo importante no que diz respeito à qualidade da educação em todo o território nacional.



Nunca é ruim lembrarmos que em Portugal, que sofre com a crise na Europa e que é um Estado pobre da Comunidade Europeia — a Espanha é outro Estado pobre da Comunidade Europeia —, os pais de alunos deixam as crianças às 7h30min, 8 horas da manhã na escola e só vão buscá-las às 5 horas ou às 5h30min da tarde. Quer dizer, a educação fundamental na Europa como um todo está em regime integral há mais de 30 anos. Nós estamos com um atraso muito grande.

A repercussão disso na qualidade do sistema educacional será muito grande — sabemos disso. Por isso a estamos apontando, e, talvez, essa seja a meta que tenha a maior incidência do ponto de vista de recursos para uma mudança estruturante da educação no País.

As metas do IBED acordadas com Municípios e Estados, do ponto de vista do atingimento da proficiência nos anos iniciais e nas séries do ensino médio, estão apensadas ao texto original. Achamos prudente não modificá-las. Por quê? Porque o Ministério da Educação, ao enviar as metas de avaliação a todas as redes no Brasil inteiro, e para ter um parâmetro nacional, fez uma discussão com todos os Secretários Estaduais de Educação e com todos os Secretários Municipais de Educação.

Os Governadores, os Secretários Municipais e a UNDIME participaram exaustivamente da elaboração das metas a serem atingidas pelas redes estaduais e municipais, para que a média nacional da educação brasileira, em 10 anos, possa ser atingida nos parâmetros mínimos de 6% de proficiência em Português e em Matemática.

Mudamos substancialmente as estratégias da Meta 7, atendendo a uma série de reivindicações e propostas que inúmeros Deputados e que a sociedade civil, por intermédio das organizações que tratam da questão educacional e do sistema de avaliação apresentaram a esse texto.

Então, nas estratégias e na formulação da Meta 7 há um conjunto de modificações que os Srs. Deputados poderão observar com uma melhor leitura do conjunto de estratégias que estão na Meta 7.

Os parâmetros de números são esses. Recebemos apenas duas propostas para mudanças de parâmetros no que diz respeito aos números de atingimento de metas, mas mantivemos a meta original do Governo.



Meta 8. Combate à desigualdade. A população mais vulnerável, situação atual de 18 a 24 anos, tem 7,3 anos de idade de escolaridade média. O Governo propõe o atingimento de 12 anos de escolaridade de média.

Estamos mantendo os 12 anos de escolaridade média, mas fizemos uma modificação na faixa etária, conforme preconiza o Estatuto da Juventude, aprovado pelo Congresso Nacional, que é de 18 a 29 anos de idade. Então, a abrangência de todas as estratégias se estende um pouco em razão dessa modificação.

Os custos nessa meta estão diluídos no sistema educacional como um todo, entendendo os Municípios, Estados e a União.

Meta 9. Alfabetização e analfabetismo. São 14 milhões, segundo o IBGE, de analfabetos, Deputado Ivan Valente. O Governo não dimensionou as metas, os custos, ao enviar o projeto para cá.

O Governo propõe a alfabetização de 14 milhões e estimou o custo desse processo de alfabetização na rede do sistema. Em todas as conversas que tivemos com quem trabalha com educação de jovens e adultos, foi feito o seguinte diagnóstico: os Estados do Sul e do Sudeste apresentam índices na ordem de 4% a 5% de analfabetismo. Os Estados do Norte e do Nordeste apresentam índices de 19% a 20%. E, segundo dados do IBGE e da PNAD, hoje é possível saber onde moram os analfabetos absolutos no Brasil, casa por casa, endereço por endereço.

A grande maioria está nos Estados do Norte e do Nordeste. Altas taxas. E a dificuldade — os dados discriminam inclusive a faixa de idade e o percentual de homens ou mulheres — é realizar essa demanda, ou seja, trazer essas pessoas, a maioria acima de 50 anos de idade, para o processo de alfabetização.

O Governo não estimou recursos. Nós optamos por fazê-lo, pois é melhor estimar recursos do que não estimar. Então, até acatando sugestões de V.Exas. nos debates aqui travados diante da dívida social que o Brasil tem para com os brasileiros, colocamos a meta de alfabetizar os 14 milhões e o custo de R\$2.196,00 por aluno, porque é, no mínimo, o que podemos desejar que custe um professor para dar aula a jovens e adultos no País.

Criamos uma solução de estratégia: cruzamos os dados do Bolsa Família com os dados do analfabetismo no Brasil. E percebemos que as 12 milhões de



famílias que recebem o Bolsa Família estão concentradas, na grande maioria, nos Estados do Norte e do Nordeste.

Vou citar como exemplo o Estado do Maranhão, que tem 6 milhões de habitantes e 950 mil Bolsas Famílias, atingindo 3,5 milhões de pessoas. São pessoas que vivem sem o mínimo necessário para ter segurança alimentar. Por isso o Estado brasileiro complementa com o Bolsa Família.

Sugerimos para a equipe do Ministério da Educação que seja feito um cruzamento de dados, porque hoje damos R\$32,00 a cada família que mantém uma criança no ensino fundamental ou no ensino básico em escola pública. Essa família recebe R\$32,00 a mais se mantiver a criança na escola.

Fizemos um custo hipotético. Se essa família tiver um adulto analfabeto, que ele receba também R\$32,00 para frequentar a escola de jovens e adultos. O custo do cruzamento desses dados e o custo para a realização dessa demanda ativa é irrisório do ponto de vista de política pública na área de educação.

Então, se o Governo entender que essa pode ser uma estratégia para realizar a educação de jovens e adultos, sobretudo no Norte e no Nordeste, onde os índices são terríveis — chegam de 19% a 20% —, nos próximos 10 anos iremos enfrentar o problema da educação de jovens e adultos no Norte e no Nordeste.

Analfabetismo funcional. Há uma diferença com o MEC, porque não calculou a continuidade. São 14 milhões de analfabetos funcionais, sendo 900 mil matriculados. O Governo gasta R\$1,9 bilhão nessa meta.

O Governo propôs escolarizar 7 milhões, 50%. Nós mantivemos os 50%, 7 milhões. Quem é o analfabeto funcional? É quem não completou os quatro primeiros anos do ensino fundamental, as séries iniciais. Esse é considerado analfabeto funcional.

Ora, se vamos dar escolaridade e completar as quatro séries iniciais, é lógico e evidente que queremos que esse aluno continue e termine o ciclo básico. Então, estamos considerando os 7 milhões da educação de jovens e adultos funcionais e estamos considerando que eles vão continuar estudando, porque nós vamos oferecer educação de jovens e adultos para eles receberem a certificação na etapa seguinte. Portanto, não são 7 milhões, mas 14 milhões.

Por isso a meta para nós aqui aumenta.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nobre Relator, um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Esse número de 14 milhões de analfabetos funcionais são tirados de onde?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Do IBGE.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Porque, as últimas estatísticas de documentos apresentados, inclusive por depoentes aqui, falam em mais de 40 milhões de analfabetos.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não são números oficiais. Os números oficiais com que estamos trabalhando...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu acho que esse número referente ao analfabetismo funcional é baixo.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não, não. Os números oficiais com que estamos trabalhando são os dados — corrijam-me Paulo e Ricardo — do IBGE e da PNAD. O número total do analfabetismo funcional é 28 milhões, se não me engano.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Como? Não entendi, Relator.

Veja, há até uma coincidência: o seu relatório fala em 14 milhões de analfabetos e exatamente 14 milhões de analfabetos funcionais. Peço a V.Exa. que reveja esse número. Eu acho que ele não está correto.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não, não. A minha base aqui, Deputado Ivan Valente, é o projeto do Governo. O projeto do Governo propôs: 14 milhões de analfabetos; alfabetização em 10 anos. A educação relativa analfabetismo funcional, educação de jovens e adultos, é outra modalidade. O projeto do Governo propôs 50%, 7 milhões. A proposta original do Governo é de 7 milhões.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Estou falando do número bruto, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não, não, são 7 milhões.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não estou falando da meta.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu não estou aumentando a meta do Governo. Eu estou dizendo a V.Exa. apenas que o Governo não raciocinou...



Veja só a meta do Governo: escolarizar 7 milhões de jovens e adultos, o que é uma meta de 50%, segundo os dados do IBGE.

Então, o Governo propôs isso.

Por que o relatório que estamos apresentando apresenta 14 milhões? Porque propõe escolarizar nas primeiras séries iniciais e pressupõe que esses jovens e adultos vão continuar estudando para concluir o ciclo da escola básica no nosso País.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tudo bem, eu compreendo a meta...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Porque eu não posso entender que uma pessoa fique contente...

Não creio que, no caso da educação de jovens e adultos que já cursaram a primeira e a segunda séries, mas eram analfabetos funcionais, e, depois, vieram a terminar a 5ª série, não continuem estudando. Não. A lógica é a de que esse aluno continue estudando e termine pelo menos a 8ª série.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu entendo isso. Até concordo, mas isso aí já é o projeto. Eu estou falando do diagnóstico. O diagnóstico no Brasil é o de que temos 14 milhões de analfabetos — analfabetos mesmo.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Analfabetos mesmo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pessoas que nunca frequentaram a escola.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E que o número de analfabetos funcionais, ou seja, na definição clássica, comum e corrente, pessoas que até frequentaram a escola por 1, 2, 3 anos, mas não são capazes de fazer uma operação matemática básica ou ler e interpretar.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu vou pedir a colaboração da assessoria técnica – Ricardo e Paulo venham para cá, para entrar na dança também. Podem vir e sentar-se aqui. Expliquem para o Deputado Ivan Valente a questão do analfabetismo funcional e dos números que estão consignados. Podem falar.

A observação do Deputado Ivan Valente é relativa aos dados referentes ao número de analfabetos funcionais. Estou dizendo que foi com base no IBGE. Se nós



tivermos outro dado que consigne outro número...Eu já ouvi falar aqui na Comissão de 50%, aliás, já ouvi falar de 70 milhões de brasileiros.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O último número que eu ouvi foi o de 42 milhões.

O SR. PAULO SENA - As estatísticas apresentam números bastante variáveis. Talvez a formulação da transparência... A base com que se trabalha são os dados oficiais do total do analfabetismo funcional. E, como o Relator já mencionou, esse número é de 28 milhões. Como a meta é 50% de todo o analfabetismo funcional, 14 milhões estão colocados na meta. Esta é a meta.

Então, trabalha-se com um total de 28 milhões...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - De analfabetos funcionais?

O SR. PAULO SENA - Isso. O total de 28 milhões...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mais os 14 milhões de analfabetos...

O SR. PAULO SENA - Sim, perfeito. Absolutos, 14 milhões de analfabetos absolutos. Depois, há um contingente nos dados oficiais de 28 milhões de analfabetos funcionais, para os quais a meta é alfabetizar a metade, 50%. É esse o quadro.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - E esses números estão absolutamente de acordo com o Sr. Daniel Cara e com o Sr. José Marcelino Rezende, que aqui os expuseram. São também os números trabalhados pelos economistas na área da educação.

A diferença em valores, Deputado Ivan, é que, na proposta do Marcelino, se enfrenta todo o problema do analfabetismo funcional, e o custo também é outro. É um pouco diferente do custo oficial. O Governo, por exemplo, não coloca custo. Eu estou colocando custo de R\$2.196,00, porque considero o professor em sala de aula, essas coisas todas... Nós temos que enfrentar esse problema, essa dívida social. Por isso tem custo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, apenas para esclarecer, como está na sua projeção, a situação atual é de 14 milhões de analfabetos funcionais...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - O Governo propõe 7 milhões, 50%...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não. Eu não estou propondo; não estou falando a respeito de quanto vai ser a meta a ser atingida, seja por uma, seja por outra, seja por qualquer proposta. Eu estou falando do quadro, do diagnóstico, da estampa atual.

Quero dizer que temos muito mais analfabetos funcionais do que está ali no quadro. O próprio assessor... Os nossos assessores disseram que são 28 milhões de analfabetos funcionais. Agora, vamos lidar com 14 milhões. É outra discussão.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - É.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Se vamos lidar com 14, é outra discussão. Nós podemos lidar com todos os 28. Então, é mais...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Podemos lidar com todos os 28 milhões. Depende do resultado da nossa discussão e da nossa decisão. Não tem problema nenhum. Nós, porém, já estamos consignando um valor para essa educação de jovens e adultos que não estava no projeto original.

Vamos para frente.

EJA - Profissionalização. Há 52 mil matriculados hoje. A proposta do Governo é chegar a 845 mil. O custo aluno é de R\$3.000,00 na proposta do Governo. Nós estamos mantendo 850 mil, mas nós estamos apresentando um custo de R\$3.569 — estamos melhorando o custo.

Meta 11: educação profissional. São 1,1 milhão de crianças matriculadas, sendo 600 mil nas públicas. Proposta do Governo: chegar a 2,3 milhões; proposta do substitutivo: chegar a 3,4 milhões.

Então, a proposta do substitutivo é, daqui a 10 anos, triplicar a educação profissional no nosso País. E o gasto é basicamente o mesmo.

Meta 12: ensino superior. São 6,1 milhões... Aqui há uma diferença... *(Pausa.)*

É basicamente o custo aluno: R\$3.700,00 e não R\$3.569,00. É uma pequena diferença, mas estamos obedecendo aqui o valor do CAQi, e é o valor tradicionalmente pago. O ensino profissionalizante hoje, integral, custa perto de R\$7.000,00 por aluno. É o que o Ceará paga, é o que o Governo paga, é o que o FUNDEB paga...



A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não, Deputado, porque aumentou de 2,3 para 3,4. O gasto, que era de 8,5, passou para 6,1, e, lógico, que o percentual do PIB também diminuiu. Então, houve uma redução.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Há uma pequena diferença, aqui, que perpassa uma porção de... O custo-aluno, segundo o MEC, é de 3.700.

Por que chegamos a esse valor de 3.579, Paulo?

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - O somatório está dando 7,31. Talvez seja essa diferença.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não, não é isso. São 3,4 milhões. Você multiplicou?

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Eu somei o PIB total da (*ininteligível*) e está dando 7,31.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - A diferença é de cento e poucos reais. Nós vamos calcular o que é essa pequena diferença no custo-aluno de 3.700, segundo o MEC, e 3.579, que nós destacamos. Esse número que nós destacamos é o que utilizamos pelo CAQi inicial. É o CAQi inicial.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Três ponto quatro milhões matriculados, sendo 1.7 milhão públicas.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Públicas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Contrário, 2.3 geral.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - O MEC calcula o geral. Nós estamos fazendo um corte de públicas. No MEC, entram todas as projeções que se podem utilizar das redes privada, filantrópica, comunitária e outras.

Nós fizemos um corte para que 1 milhão e 700 sejam públicas. O que nós estamos querendo apontar? Que além do avanço do ensino profissionalizante... Vou dar um exemplo, nós temos o PRONATEC, que trabalha com o Sistema S. É uma formação de 200 horas. Pode ser uma formação de 300 horas de nível de profissionalização. É muito diferente de uma profissionalização do regime integral, em que o custo-aluno tem uma diferença.

Então, a escola integral profissionalizante, como há hoje, tem o IDEB na faixa de 7 ou 7,5, o mesmo padrão de qualidade da escola alemã. Nós não temos diferença. Então, significa o quê? O Brasil sabe fazer escola técnica profissional.



Se houver escola técnica profissional, em que dos 9 milhões de jovens, 1 milhão e 700 estiverem frequentando-a, na qual a grade curricular é de horário integral, de manhã e à tarde há oficinas do saber, aprendizagem de um ofício e ao mesmo tempo há toda parte acadêmica, será muito superior, do ponto de vista da sua qualificação, em relação àquele estudante que está trabalhando e vai à noite fazer um curso de profissionalização, em um regime de 200 horas, 300 horas. É importante porque qualifica o trabalhador, o jovem. Mas o regime integral tem uma diferença muito grande.

Mas nós vamos sanar a dúvida de 3.569 para 3.700.

Quanto ao ensino superior, há 6,1 milhões hoje. Desses 6,1 milhões, 1 milhão e 600 estão na pública, o resto está no ensino privado. A proporção hoje é de 75 a 25. Aqui, há uma diferença, Deputado Ivan Valente, do entendimento do papel da educação e onde vai haver uma diferença com o seu substitutivo para alcançar os 10%. Na sua proposta de 10% e na proposta também do Marcelino, a educação superior tem que atingir uma meta praticamente invertendo essa situação que nós temos hoje no Brasil, ou seja, chegar a 70% de público, daqui a 10 anos, e a 30% ou 25% de educação privada. Essa é uma diferença muito grande.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Seria ótimo, não é?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Como?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Seria ótimo. Porque V.Exa. sabe que há 5 milhões de vagas ociosas no ensino superior privado. Ociosas!

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - É verdade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ociosas.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - É verdade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Há 5 milhões em atuação e metade estão ociosas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Por isso nós temos uma meta. O Governo está correto. Não abrimos mão dessa meta. Vários Deputados contribuíram para que façamos o esforço a fim de que a nossa juventude termine o ensino médio. Daí a necessidade de triplicar o ensino profissionalizante nessa fase da vida, de rever o ensino médio brasileiro, de fazer com que a escola seja mais atraente e que



dialogue com o mundo contemporâneo em que a juventude está inserida. E não só no Brasil, mas no mundo, porque hoje as plataformas de comunicação são enormes, e não temos uma escola atualizada do ponto de vista dos seus currículos e da sua didática. Quer dizer, a escola não está inserida no mundo contemporâneo, ainda se está vivendo em uma escola cuja visão de mundo não corresponde às necessidades culturais do mundo presente.

Os jovens não entram no ensino superior. E temos problemas, pois mesmo aqueles que entram no ensino superior têm dificuldade de acompanhá-lo, por causa da fragilidade do ponto de vista da proficiência do ensino no sistema todo, desde a educação infantil até o término do ensino médio.

Mas vamos ver o que propõe a meta. O Governo é que propõe o substitutivo. O Governo está propondo chegar praticamente a 12 milhões daqui a 10 anos, ou seja, está propondo dobrar o quantitativo. E o Governo está propondo que sejam 3 milhões no ensino público, isto é, passar de 1,6 milhão para 3 milhões. O Governo também está propondo que sejam 50% presencial e 50% a distância.

O custo disso tem impacto nos 10% do PIB. Qual é o custo disso — 50% presencial e 50% EAD? O custo presencial é de 15 mil por aluno, e a distância é de 3 mil por aluno. Nós estamos propondo o quê? Estamos propondo não 3 milhões, mas 3,4 milhões de públicas, e desses 3,4 milhões estamos propondo que sejam 75% presencial e 25% EAD — o que é muito.

Eu acho que o Brasil tem de avançar para ter pelo menos 30% dos jovens brasileiros em idade escolar de nível superior em escola pública e gratuita e ter o sistema privado como complementar. Eu sou dessa opinião. Mas o esforço que o Brasil vai fazer nesse sentido, quando estamos reconstruindo o sistema educacional brasileiro, incorporando a creche, incorporando a educação infantil, avançando no ensino médio, triplicando as vagas de ensino profissionalizante, melhorando a condição dos professores, fazendo uma política de reajuste do piso nacional médio dos professores para que a profissão seja revalorizada, neste momento em que o esforço tem que ser conjunto, eu acho que se avançarmos para 3,4 milhões de públicas, no lugar de 1,6 milhão, já será uma grande conquista para o ensino superior que vamos trazer para a sociedade brasileira. E 75% serão presencial.



Deputado Ivan, sabe quanto isso significa por ano, em termos de vagas presenciais? Nós partimos de patamares diferentes de análise. V.Exa. tem militância na área da educação e pertence a um partido que faz um questionamento crítico da atuação do Governo, da atuação do PT, da atuação do Ministério da Educação e sempre aponta para mais. Mas o Presidente Lula construiu 14 universidades, e a média de alunos nessas 14 universidades é de 10 mil vagas presenciais. Nós criamos muito mais vagas no sistema educacional, aprofundamos o FIES, aprofundamos o PROUNI, criamos universidades, fizemos o REUNI, expandimos os *campi*. Com essa proposta, com esses valores, se o Governo quiser realizar e tiver condições políticas e financeiras, isso significa que vai construir mais de 100 mil vagas presenciais por ano. Então, o que foi feito em 10 anos poderá ser feito em 1 ano, nos próximos 10 anos.

O impacto disso na educação, Deputado Izalci, é muito grande. Significa mais professores formados, mais pós-graduados, mais doutores, e melhora a capacidade tecnológica do País, a capacidade científica da Nação. E não é um desafio pequeno para o Brasil realizar por ano o que foi feito nos últimos 10 anos. Isso significa um esforço da Nação para que dê um passo à frente para resgatar uma dívida que tem em relação ao seu passado.

Eu acho que o Brasil tem de apontar para essa perspectiva, mas, sinceramente, 10% não são 100 mil vagas por ano; 10% significam 400 mil vagas por ano presenciais — e não é o gasto a distância, é o gasto no presencial — e aí dá uma diferença de impacto no orçamento do Brasil, dá uma diferença de impacto de esforço da Nação. Então, temos de saber mais ou menos o que temos de recurso, como está o orçamento do País, quais são as necessidades da Nação e como consolidar a educação como principal vetor do desenvolvimento econômico.

Eu acho que o plano, como o estamos apresentando, aponta para que a educação seja o principal vetor do desenvolvimento econômico e social, dá uma resposta para o Brasil do futuro, aponta para um outro sistema educacional — de qualidade, de inclusão, de universalização, de garantia de acesso e de melhoria do sistema. E isso porque 1% do PIB está reservado para a melhoria do salário e dos vencimentos dos professores, pois se o magistério não for revalorizado, todas as



metas de que estamos falando do ponto de vista da melhoria da qualidade não serão atingidas.

E os senhores sabem disso, sabem que não é possível tratarmos da melhoria sistêmica da educação pensando que os professores podem ganhar 700 reais, 800 reais em um regime de 40 horas. Nós queremos que os jovens com talento na Física, na Química, no Português, na Matemática despertem e desejem entrar nas redes públicas municipais e estaduais para serem professores, e para isso precisam ter estímulo. A sociedade brasileira precisa reconhecer isso.

Eu sempre vejo Deputados aqui fazerem referência à Coreia e à Finlândia, quando são publicados o PISA e os índices de proficiência, Deputada Dorinha. O Brasil tem diferenças muito grandes do resto da Europa. Mas é sempre bom lembrar que na Coreia concurso público para professor é mais concorrido do que para médico e para engenheiro. Lá, os professores têm condições de trabalho que não são iguais às que temos aqui no conjunto da rede.

É preciso melhorar a gestão? Sim, é preciso melhorar a gestão. É só com recurso a mais que se vai melhorar a educação? Não, o recurso a mais vai incluir uma parcela da educação que está fora do processo educacional e vai melhorar um pouco a qualidade. É preciso melhorar a gestão, e isso não está diretamente ligado à questão financeira? Correto, mas não dá para abordar apenas um problema como solução da educação no País, pois temos diversas variantes que fazem com que a educação, do ponto de vista do seu sistema, tenha os índices que temos de proficiência, e uma das variantes são os péssimos vencimentos que os professores recebem no País.

O Governo, a Nação precisa fazer um esforço para mudar isso, para revalorizar essa profissão. Para tanto, tem 1% do PIB, como proposta do Governo, e nós não mexemos nisso, nenhum Deputado mexeu nisso, como emenda, porque sabem da importância disso e sabem que esta é uma meta que temos de atingir em 10 anos. E vejam a dificuldade: aprovamos um piso agora e diversas redes estaduais e municipais se insurgiram contra um piso de R\$1.400 reais para os professores em todo o território nacional.

Meta 13. Ensino superior. Titulação docente.



O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Deputado Vanhoni, eu havia pedido uma intervenção.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu vou abrir para algumas falas, mas se for muito pontual, é claro que faremos uma exceção com toda satisfação. É que já estou terminando.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - É bem pontual.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - A meta 12.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - O Deputado Kaefer, do Paraná, de uma cidade que é polo de desenvolvimento do nosso Estado, a Cidade de Cascavel. Pois não.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Se V.Exa. puder voltar à anterior.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - À Meta 12.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Eu gostaria de saber se aquele recurso previsto de 45 milhões é investimento direto em ensino superior público ou se está contemplado financiamento também nesse número. Porque me parece, pois os próprios números demonstram, que a estrutura...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não. Aqui é investimento direto.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - E onde contemplamos recurso para financiamento daqueles estudantes do ensino superior? O ensino superior privado certamente vai continuar se desenvolvendo, e é importante para essa cobertura. Como vamos financiar, se isso está contemplado no PNE?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - A nossa projeção é de que o ensino superior...

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - O privado, como vamos financiá-lo?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Veja, o ensino privado tem as regras de financiamento estabelecidas, e o Plano Nacional de Educação não trata especificamente de financiamento para o ensino privado.

Nós temos uma modalidade que estimula a presença de alunos das instituições privadas sobre dois mecanismos fundamentais: primeiro, o FIES, que modificamos e trouxemos grandes modificações recentemente ao alterar a lei;



segundo, o PROUNI, em que temos um conjunto de estratégias para também fazer com que as instituições privadas possam receber os alunos nas suas instituições.

Esses recursos não entram na conta de investimento direto.

Estou me referindo aqui nessas planilhas só a investimento direto na rede pública — é dinheiro direto na rede pública. Todo dinheiro do FIES, todo dinheiro do PROUNI não estão consignados nesses números, estão consignados naquilo que nós chamamos de investimento total, e não de investimento direto.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Porque é um recurso do Tesouro, e ele tem de ser contemplado de um jeito ou de outro.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não, é contemplado, mas numa outra... Aqui nós estamos tratando de investimentos diretos na rede pública de educação no nosso País. Tanto é assim que nós estamos traduzindo o custo de 3 mil... Esses 45 bilhões dizem respeito a esses 3,4 milhões, não dizem respeito aos 12 milhões.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Certo.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Meta 13: ensino superior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Angelo Vanhoni, só um encaminhamento. O Deputado Ivan estava me lembrando aqui. Como haverá um debate específico e como estamos caminhando para a Ordem do Dia com vistas à votação do Código Florestal, e já há um pedido de vistas aqui, que V.Exa. fosse mais sumariado até a vigésima meta.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Estamos terminando.

Meta 13: titulação. Situação atual: 63% dos docentes; com 20% ensino superior titulados; 27% doutores. A meta propõe 75 e 35. Nós mantivemos a meta. Não tivemos diferença. E não tem custo, porque os custos estão diluídos no sistema público de nível superior do País.

Meta 14: formação de mestres e doutores. Trinta e cinco mil mestres e 11 mil doutores. O Governo propôs 60 mil. Nós estamos propondo 70, e estamos propondo 35; estamos trabalhando com o custo também de 15 mil e 500, que é o custo que paga para o aluno na educação de nível superior. Na pós-graduação também é o mesmo custo.



Meta 15: formação de professores de nível superior. Aqui, mexe com a qualidade da educação em todo o Brasil. Sessenta por cento dos professores da educação básica têm curso superior na área de atuação. Nós estamos propondo 100% dos professores com formação de nível superior em área de atuação. O gasto incluído está na Meta 12.

Substitutivo: 100% dos professores. Está a mesma coisa. Nós não mudamos aqui.

Meta 16: 25% dos professores da educação básica têm pós-graduação. A meta é para 50% dos professores da educação básica terem pós-graduação. Nós estamos mantendo aqui, mas há uma diferença de custo. O Governo calculou com 15 mil e 500, um ano em média. Nós estamos calculando um pouco mais — 23.500 —, porque não estamos calculando um ano de média. Estamos calculando um ano e meio no mínimo de média para fazer uma pós-graduação.

Meta 17: salário. Dois mil, setecentos e noventa e cinco é a média que nós queremos atingir em 10 anos. É a mesma meta, nós estamos mantendo. Nós só estamos mudando aqui o cálculo, porque o Governo calculou 1 milhão e 900 mil professores. Nós estamos calculando que o sistema vai ter que contratar professores, vai ter que passar para 2 milhões e 500 mil professores. Por quê? Tem que contratar o professor da creche, tem que contratar o professor da educação infantil, vai ter que abrir vagas de contratação de professores no ensino profissionalizante, na expansão de nível superior. Então, nós consideramos um acréscimo de professores no sistema na ordem de 400 a 500 mil. Por isso o nosso cálculo modifica em relação ao projeto do Governo.

Meta 18: planos de carreira. Nós temos uma meta que não tem custo. V.Exas. conhecem essa meta, que tem, de certa maneira, consenso da exigência de planos e carreiras por todas as Unidades da Federação e as estratégias para conseguir os planos de carreira.

Meta 19: gestão democrática. Prevê escolha de diretores escolares, considerando mérito e participação da comunidade. Nós vamos manter praticamente com algumas estratégias que diferenciam, mas o mesmo conceito também no que diz respeito à gestão.



Na Meta 20, estamos mudando a formulação do substitutivo, estamos colocando 7,5% do PIB de investimento direto e 8% de investimento total, no mínimo, até o final do decênio. Tínhamos trabalhado com o substitutivo de 8% de investimento total. Obedecendo uma série de sugestões recebidas positivamente, resolvemos consignar o que é de investimento direto na educação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que com esses valores temos condições de dar um passo importante na educação brasileira. Se tivermos a possibilidade de aprovar esse projeto antes do término deste semestre, esse projeto, mesmo com recursos que os partidos possivelmente submeterão ao Plenário, se aprovado aqui, na Comissão, será tema de debate no processo eleitoral. Isso fará com que a comunidade educacional do País se mobilize perante todos os partidos e se comprometa com o Plano Nacional de Educação, para que os Municípios realizem os seus planos municipais, os Vereadores realizem a discussão sobre os planos municipais.

A Nação está atravessando um momento importante de discussão dos destinos do País, que passam pela aprovação de um Plano Nacional de Educação.

Ao fazer esse projeto, não pretendo exaurir a discussão sobre as necessidades da educação brasileira, apenas apresentei um texto consignando as principais contribuições que os Srs. Deputados trouxeram. Depois de discutir com o Governo Federal e com diversas entidades, recebemos, na primeira parte, 3 mil emendas, na segunda parte, 467 emendas. Acho que podemos evoluir ainda para o aperfeiçoamento do texto.

Vou acompanhar a discussão dos Srs. Deputados daqui para a frente. Posso modificar o texto, como já disse ao Deputado Eduardo Barbosa, a respeito da Meta 4, no que se refere a 4,6%, já começamos a fazer essa modificação. Até o término da discussão e o começo da votação, o Relator ainda pode fazer modificações que possam aprimorar e aperfeiçoar o texto, que deve servir de base para uma política educacional inclusiva no País, sobretudo que melhore a condição de desenvolvimento técnico e científico.

O texto dialoga com os portadores de deficiência do nosso País, o texto dialoga com a área da cultura no País, o que é uma novidade, porque não temos essa tradição. Há emendas e estratégias vinculadas à questão cultural. O texto



dialoga com os indígenas, com os afrodescendentes, o texto dialoga com as mulheres, aborda as questões de gênero e dialoga com a igualdade racial e com os idosos. O nosso sistema educacional também precisa dialogar sobretudo com a terceira idade, com a perspectiva de envelhecimento, pois a partir de 2030, 2040, a curva demográfica do nosso País demonstra que estaremos vivendo em outra sociedade, em que a faixa etária estará sempre acima dos 40 anos de idade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Deputado Angelo.

Em discussão o parecer do Relator.

Antes de iniciar o processo de discussão, informo que reside sobre a mesa o seguinte requerimento de pedido de vista do Deputado Artur Bruno:

"Nos termos regimentais, peço vistas ao PL 8.085, de 2010.

Assinado: Deputado Artur Bruno."

Se alguém mais quiser fazer pedido de vista conjunta acompanhando o Deputado Artur Bruno.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Sr. Presidente, pedido de vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Pedido de vista conjunta, por favor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu gostaria de entender o seguinte: tivemos a exposição, mas não vamos deliberar hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não, não vamos deliberar. Só iniciei o processo de discussão e apresentei o pedido de vista do Deputado Bruno.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É isso que quero fazer. Peço vista conjunta também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Vista conjunta, Deputados Ivan Valente, Bruno e Eduardo Barbosa.



O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, vista conjunta também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Izalci, Deputada Dorinha e Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, indago de V.Exa. e do Relator, Deputado Vanhoni, para nos sintonizarmos melhor, para planejarmos e raciocinarmos, qual é o cronograma, o planejamento doravante dos trabalhos do PNE na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - No começo da reunião eu fiz a apresentação.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não, não há que se desculpar, porque mesmo os que ouviram vão precisar disso em cópia. Vou mandar para cada gabinete a cópia sistematizada. Assim, mesmo os que ouviram vão ter a sistematização disso nas suas agendas.

Guardadas as duas reuniões de vista, que seria amanhã e a próxima quarta-feira, na terça-feira seguinte, dia 8 de maio, teremos a primeira reunião para continuar o que foi aberto hoje: o processo de discussão do parecer do Relator Angelo Vanhoni.

Agradeço a presença a todos. Reitero que as comunicações das próximas reuniões serão encaminhadas aos Srs. Deputados e Deputadas, às Lideranças e à consultoria por *e-mails* institucionais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.